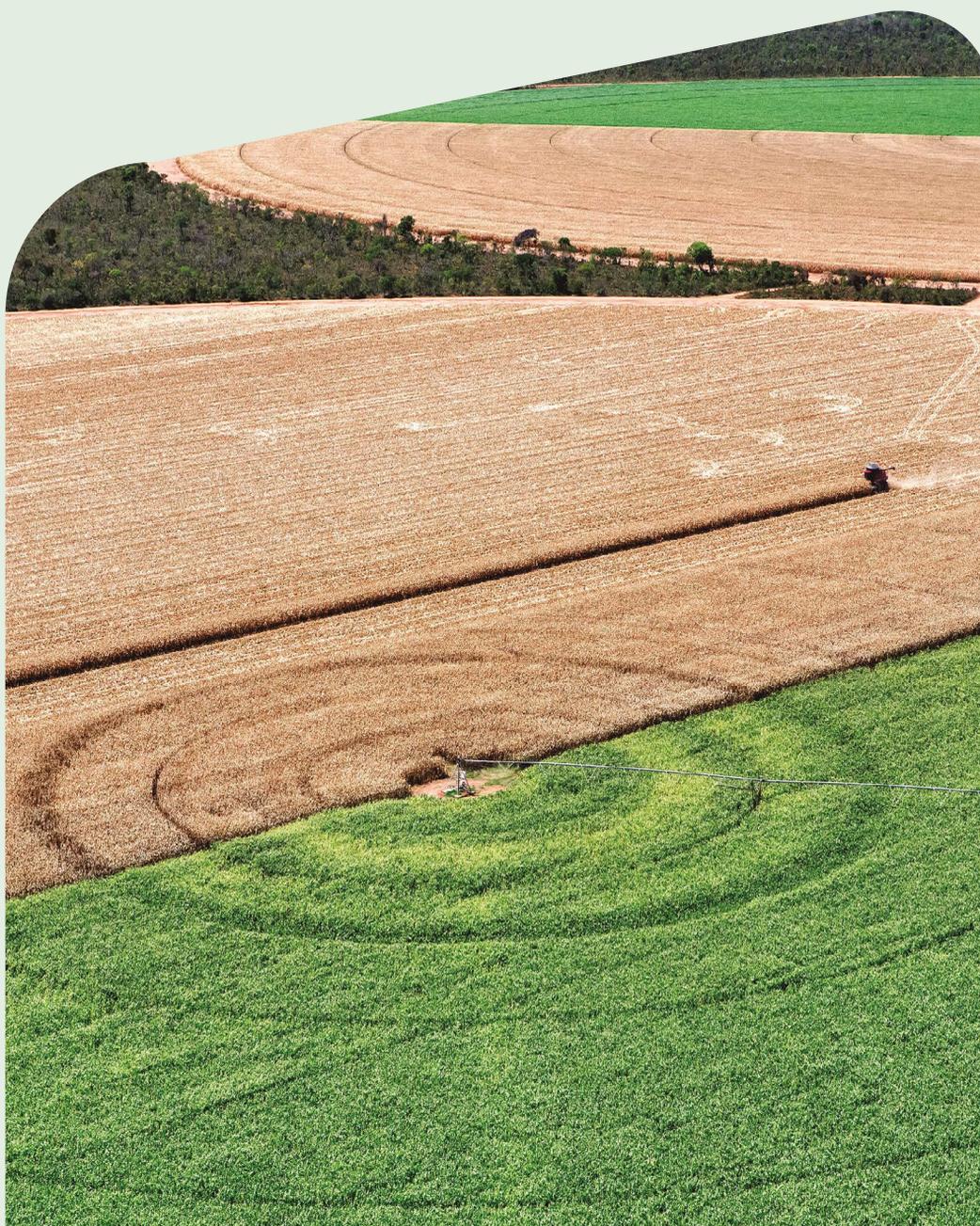


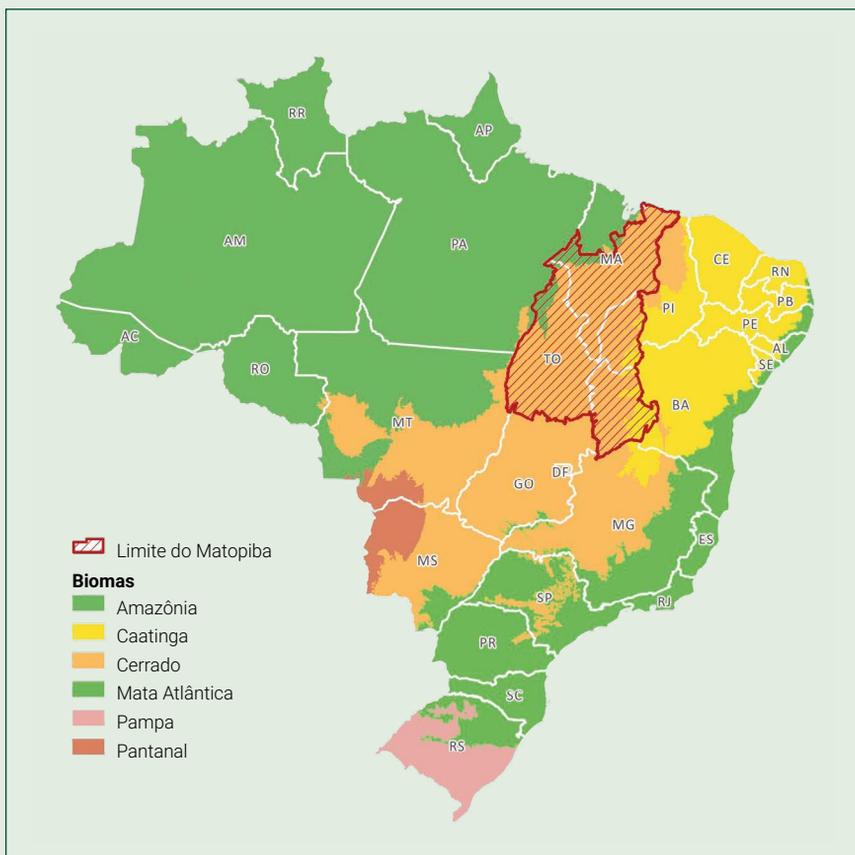
# RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA NA REGIÃO DO MATOPIBA

A importância das políticas públicas  
para restaurar o Cerrado

Foto: Rui Rezende



# RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA CUMPRE EXIGÊNCIAS LEGAIS E TRAZ GANHOS AMBIENTAIS E ECONÔMICOS



Mapa do Brasil com indicação dos biomas, onde o Cerrado é representado pela cor alaranjada e a região do Matopiba está destacada em vermelho. Fonte: Agroicone com dados do MMA (2019).

A restauração ecológica do Cerrado traz benefícios claros de produção de serviços ecossistêmicos, como proteção dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade, a sustentação do microclima e a captação e estoque de carbono.

Além de contribuir com os aspectos ambientais, a restauração ecológica também é necessária no âmbito legal. A Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012, conhecida como Novo Código Florestal) estabelece que propriedades privadas devem cumprir obrigações de conservação e restauração de vegetação nativa.

Restaurar a vegetação nativa no Matopiba traz ganhos ecológicos, legais e, conseqüentemente, econômicos, gerando cadeias produtivas livres de desmatamento e em conformidade com exigências crescentes de mercados interno e externo. Também há potencial de criar ou alavancar cadeias de valor com base na restauração ecológica e produtos da sociobiodiversidade.

## Contexto e desafios para a restauração ecológica

Estima-se que o Maranhão possua um déficit de Área de Preservação Permanente de 97.218 hectares, que indica obrigação legal de restauração ecológica, e um déficit de Reserva Legal de 416.869 hectares situados no Matopiba. Entretanto, ao mesmo tempo, também possui excedente de vegetação nativa na região, aproximadamente 7.385.553 hectares\*. Nessa conjuntura, aspectos relacionados ao gerenciamento da estrutura e recursos têm sido desafiadores para a SEMA/MA, que tem imprimido maior velocidade para a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e precisa desenvolver o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

## Políticas públicas desenvolvidas pela SEMA/MA

Destacam-se que o Estado do Maranhão instituiu, através de seu Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas (PPCDQ/MA), eixos e ações correlatos ao planejamento e execução de políticas públicas direcionadas à restauração ecológica. Nesse contexto, pode-se citar o Programa Maranhão Verde, que visa o fomento a projetos de conservação e recuperação ambiental, promoção da cidadania, capacitação para a coleta de sementes, produção e plantio de mudas, assim como a conscientização ambiental. Vale informar também que o Governo do Estado do Maranhão vem desenvolvendo o Programa Agente Jovem Ambiental – AJA, que promove a inclusão social e ambiental de dois mil jovens maranhenses entre 16 e 21 anos por meio do estímulo à participação em projetos socioambientais sustentáveis. Além disso, pode-se citar ainda o Programa Maranhão Sem Queimadas, que possui como objetivo contribuir para a redução de queimadas e incêndios florestais, bem como reduzir as áreas degradadas em todo o território maranhense.

## Parcerias promissoras

Busca-se captação de recursos para obtenção de tecnologias que contribuam para a restauração ecológica, para a realização do monitoramento de Autorizações para Supressão de Vegetação – ASV, desmatamento ilegal e queimadas, a fim de otimizar as atividades por meio da integração de informações distribuídas em diferentes sistemas. Procuram-se também parcerias para consolidar o Programa de Capacitação em Restauração Ecológica, que está em desenvolvimento.

## Contexto e desafios para a restauração ecológica

Estima-se que o Tocantins possua no Matopiba um déficit de Área de Preservação Permanente de 183.302 hectares, que indica obrigação legal de restauração ecológica, um déficit de Reserva Legal de 418.514 hectares, e um excedente de vegetação nativa de 7.448.770 hectares, considerando os dados do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)\*. Os principais desafios são a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e do Programa Estadual de Incentivo às Cadeias Produtivas de Restauração.

## Políticas públicas desenvolvidas pela SEMARH/TO

Destacam-se o Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais do Estado do Tocantins (PPCDIF); o Projeto RESTAURA-TO (Restauração ecológica e econômica em áreas degradadas e alteradas no Estado do Tocantins); o Manual de Restauração elaborado pelo Estado do Tocantins, disponibilizado pelo Naturatins; o Programa Estadual de Incentivos da Cadeia Produtiva da Restauração. Além dessas legislações, foi realizado em parceria com a Agroicone o Curso de Capacitação Técnica sobre Restauração Ecológica com Fins Econômicos no Colégio Estadual Família Agrícola (CEFA) José Porfírio de Souza, em São Salvador do Tocantins, que teve como referência o Projeto Janela A Campo Sustentável.

## Parcerias promissoras

Busca-se suporte técnico e jurídico para revisão da legislação estadual de proteção da vegetação nativa e para criação do Fundo Restaurar. Procuram-se também parcerias para desenvolver o Programa de Capacitação em Restauração Ecológica, além de apoio para plantios e para engajamento de produtores rurais.

## Contexto e desafios para a restauração ecológica

Estima-se que o Piauí possua no Matopiba um déficit de Área de Preservação Permanente de 21.747 hectares, que indica obrigação legal de restauração ecológica, um déficit de Reserva Legal de 34.961 hectares, e um excedente de vegetação nativa de 3.393.881 hectares\*. Os desafios enfrentados pelo Piauí são o quadro deficitário de recursos humanos, a descentralização e falta de equipes gestoras locais, e a necessidade de melhoria na estrutura de geotecnologia.

## Políticas públicas desenvolvidas pela SEMAR/PI

Destaca-se o ProVerde Piauí – Programa de Desenvolvimento Ambiental do Piauí, que se desdobra nos subprogramas Agente Verde (coleta de sementes de espécies arbóreas nativas para formação de uma rede de Banco de Germoplasma); Banco Verde (implantação de bancos de germoplasma destinados ao armazenamento e conservação de sementes); Viverde (implantação de viveiros de mudas para criação de uma rede permanente nas proximidades de Unidades de Conservação); e Verdejar (plantio de mudas de espécies nativas para recuperação de áreas degradadas em Unidades de Conservação).

## Parcerias promissoras

Busca-se maior integração com o Ministério do Meio Ambiente, especialmente para uso de mecanismos de monitoramento do desmatamento. São necessários também incentivos para o engajamento da sociedade civil com o tema da restauração ecológica e parcerias com instituições de ensino, pesquisa e iniciativa privada.

\* Guidotti, V. Freitas, F. L. M. Sparovek, G. Pinto, L. F. G. Hamamura, C. Carvalho, T. Cerignoni, F. (2017). *Números Detalhados do Novo Código Florestal e suas Implicações para os PRAs. Sustentabilidade em debate, Número 5 - Piracicaba, SP: Imaflora. 10 p*

## Contexto e desafios para a restauração ecológica

Estima-se que a Bahia possua no Matopiba um déficit de Área de Preservação Permanente de 62.085 hectares, que indica obrigação legal de restauração ecológica, um déficit de Reserva Legal de 159.496 hectares, e um excedente de vegetação nativa de 5.908.545 hectares\*. São desafios ampliar a capacidade de monitoramento das áreas restauradas, avançar na validação do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR/CAR), implementar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de agricultores familiares, e reter equipe técnica qualificada de Tecnologia da Informação (TI) para realizar melhorias nos sistemas.

## Políticas públicas desenvolvidas por INEMA e SEMA/BA

Destacam-se o Programa Harpia de Gestão da Vegetação Nativa no Estado da Bahia, que visa mapear, monitorar e fiscalizar a vegetação nativa, e estabelece metas para redução do desmatamento e para o aumento das áreas em restauração no estado; o Projeto Parceria para o Bom Desenvolvimento, que tem o objetivo de promover sistemas de produção eficientes e ambientalmente saudáveis por meio da implementação de boas práticas agrícolas; o CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais, que é referência na obtenção e consolidação de dados relacionados a restauração ecológica; o Programa Cerrado, que tem foco na regularização ambiental das propriedades rurais e a implementação de ações de prevenção e controle das queimadas e incêndios florestais, além da implantação de viveiros olhando para a cadeia da restauração ecológica; os CRRFs – Centros de Referência em Restauração Florestal da Bahia, que visam testar novas técnicas/metodologias para implementar a restauração ecológica; e o desenvolvimento do Termo de Referência (TdR) e Modelo do Projeto de Recomposição Ambiental, e sua respectiva minuta de portaria, que tem como objetivos trazer mais segurança jurídica, e facilitar a elaboração do projeto pelo proprietário do imóvel e a revisão do projeto pelos técnicos dos órgãos ambientais.

## Parcerias promissoras

Busca-se apoio para desenvolver materiais técnicos, entre eles revisões relacionadas aos indicadores ecológicos e às particularidades da Caatinga e do Cerrado apresentados no Guia Técnico para a Recuperação de Vegetação em Imóveis Rurais no Estado da Bahia. Procuram-se também fontes de investimento para os Centros de Referência em Restauração Florestal (CRRFs). Ainda, são necessários investimentos em TI, visando melhorias e atualizações nos sistemas, como o SEIA (Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos) e o CEFIR.

# CONHEÇA E APOIE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA NO CERRADO

A região do Matopiba, composta predominantemente por áreas de Cerrado dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é muito relevante para o crescimento da produção agrícola do Brasil. A despeito da região ter cerca de 71% de sua área com vegetação nativa, o Matopiba enfrenta desafios para equilibrar o desejado crescimento econômico com conservação ambiental.

Junto ao controle do desmatamento ilegal, os estados da região estão desenvolvendo políticas para apoiar a restauração ecológica, considerando as particularidades dos ecossistemas do Cerrado. Essas políticas podem ser melhor implementadas ou ampliadas por meio de cooperações com outros estados e parcerias com organizações públicas e privadas.

Com intuito de contribuir para essa agenda, a Agroicone, com o apoio do Land Innovation Fund, publicou o estudo “Panorama da restauração ecológica no Matopiba e benchmarking de políticas públicas”, que inclui o levantamento de 58 políticas relacionadas com restauração ecológica bem-sucedidas em todas as regiões do Brasil. Esse estudo é parte de uma iniciativa que busca impulsionar a restauração ecológica no Cerrado, e em especial no Matopiba.

O benchmarking terá continuidade, em cooperação com os estados e outras organizações atuantes em políticas públicas, visando compreender e replicar experiências de sucesso. A articulação entre governos e organizações junto com essa sistematização de conhecimento são base para desenvolver novas parcerias em prol da restauração ecológica.

*Ajude a impulsionar a restauração ecológica no Cerrado, conheça as políticas públicas que estão sendo realizadas no Brasil. Acesse o QR Code para baixar o estudo “Panorama da restauração ecológica no Matopiba e benchmarking de políticas públicas”.*



Realização

**AGROICONE**   
conhecimento para uma nova economia



GOVERNO DO ESTADO  
**DO MARANHÃO**  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS NATURAIS

SECRETARIA DO  
MEIO AMBIENTE E  
RECURSOS HÍDRICOS

**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



MEIO AMBIENTE  
Secretaria de Estado do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos / SEMAR

**Piauí**  
GOVERNO DO ESTADO

**inema**  
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO DO  
**Estado da Bahia**  
Secretaria do Meio Ambiente

Apoio



**LAND INNOVATION FUND**  
FOR SUSTAINABLE LIVELIHOODS

Parceria



## ENTRE EM CONTATO

### **Agroicone**

[www.agroicone.com.br](http://www.agroicone.com.br)

[agroicone@agroicone.com.br](mailto:agroicone@agroicone.com.br)

### **Maranhão – SEMA**

[fabio.sousa@sema.ma.gov.br](mailto:fabio.sousa@sema.ma.gov.br)

[scarleth.leitao@sema.ma.gov.br](mailto:scarleth.leitao@sema.ma.gov.br)

### **Tocantins – SEMARH**

[areas.protegidas@semades.to.gov.br](mailto:areas.protegidas@semades.to.gov.br)

### **Piauí – SEMAR**

[imprensa@semar.pi.gov.br](mailto:imprensa@semar.pi.gov.br)

[secsemar@semar.pi.gov.br](mailto:secsemar@semar.pi.gov.br)

### **Bahia – INEMA**

[mara.santos@inema.ba.gov.br](mailto:mara.santos@inema.ba.gov.br)

[mariadaniela.guimaraes@inema.ba.gov.br](mailto:mariadaniela.guimaraes@inema.ba.gov.br)